

Investimentos Federais na Região Nordeste no Período de 2010 a 2019

*Antônio Ricardo de Norões
Vidal¹*

INTRODUÇÃO

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE elaborou um conjunto de trabalhos que trata do fluxo circular da renda no Nordeste e Estados. Referido fluxo corresponde aos recursos produtivos e de bens e serviços entre os diversos agentes econômicos, a exemplo de empresas, famílias e governo. O fluxo circular da atividade econômica mostra a maneira pela qual indivíduos, empresas e governo interagem na economia e no âmbito territorial.

O presente trabalho, por sua vez, analisa a “entrada” de recursos federais nas Regiões e seus Estados, via investimentos das empresas estatais. O objetivo é avaliar o grau de dispersão destes investimentos no País, se existe concentração em algumas Regiões ou se os Estados mais pobres têm o mesmo peso na distribuição destes recursos.

Os investimentos públicos são de grande relevância para a Região Nordeste. Associados às transferências vinculadas às receitas federais e do mercado externo, são elementos de impacto para a economia regional.

1. INVESTIMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS

A volatilidade dos investimentos públicos tem deixado marcas profundas nos setores produtivos dos Estados do Nordeste. Ao longo do período 2010 a 2019, série de análise do presente texto, observa-se uma substancial variação dos investimentos federais na Região Nordeste. As estatísticas apresentadas na Tabela 1 permitem avaliar o grau de dispersão dos investimentos na Região.

¹ Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, BNB/ETENE

Tabela 1 - Estatísticas dos Investimentos Federais - 2010 a 2019- R\$ Milhões de 2019

Regiões	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Nordeste	13.237	10.468	0,79
Norte	2.263	1.338	0,59
Sudeste	27.933	17.137	0,61
Sul	3.814	4.273	1,12
Centro-Oeste	522	308	0,59
Nacional	47.179	13.064	0,28
Exterior	11.201	5.827	0,52
Brasil	106.150	39.174	0,37

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

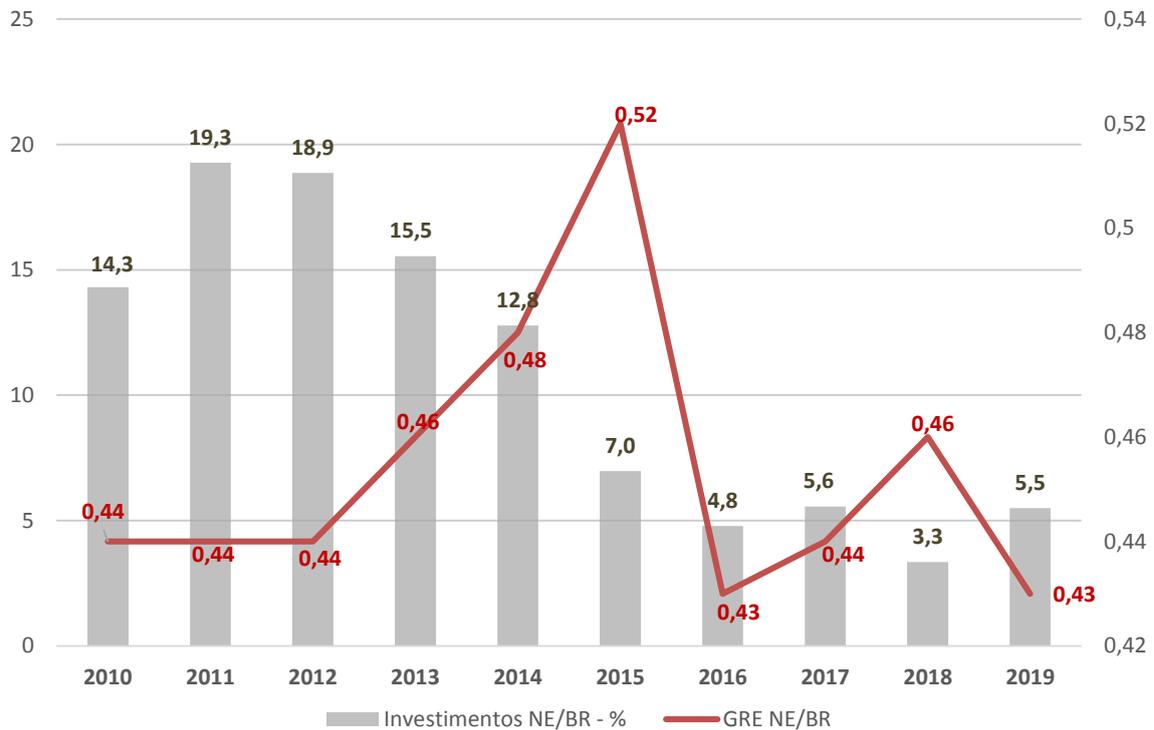
A grande dispersão dos investimentos na Região, medida pelo Coeficiente de Variação (CV = Desvio Padrão/Média), se deve à amplitude da variação ao longo da série. O Nordeste, com um grau de dispersão de 0,79, em conjunto com a Região Sul (1,12), apresenta médias da série menos representativas do conjunto de dados. Os investimentos no Nordeste apresentaram um pico em 2012, de R\$ 27,5 bilhões, e encontram o pior resultado em 2018, com R\$ 2,9 bilhões. Os valores investidos em 2016, 2017 e 2019 foram semelhantes a 2018 e 2012. A média dos investimentos federais no Nordeste entre 2010 e 2014 alcançou R\$ 22,7 bilhões, enquanto entre 2015 e 2019 caiu para R\$ 3,8 bilhões, apenas 16,7% do realizado no período anterior.

Cabe destacar que parece não existir nenhuma relação entre os investimentos realizados e as políticas de saneamento financeiro desenvolvidas pelos Estados do Nordeste. No período de 2000 a 2019, o indicador de endividamento dos Estados da Região, o qual relaciona a dívida consolidada líquida com a receita corrente líquida, saiu de 1,38, em 2000, para 0,43, em 2019, um resultado extremamente significativo. Ao final de 2019, tinha-se para cada R\$ 1,00 de receita, apenas R\$ 0,43 de dívida.

Vale ressaltar, novamente, que o ano de 2019 foi um dos menos favoráveis em termos de alocação de recursos da União para a Região. Pelo Gráfico 1, percebe-se esta dicotomia entre a participação dos investimentos federais no Nordeste e no Brasil, e a relação entre o Grau de Endividamento dessa Região e do Brasil. Cabe ainda destacar que os investimentos federais na Região se concentraram basicamente nas inversões provenientes dos grupos Petrobrás e Eletrobrás, que abrangem todos os Estados. Os investimentos específicos nos Estados, em 2019, representou 25,1% do total investido em 2019.

No período em análise, a participação do Nordeste no total dos investimentos federais chegou a 19,3% em 2011, menor que a participação da população dessa Região no total do Brasil, em torno dos 28,0%, porém maior que a participação da Região no PIB brasileiro, que representa 14,5% do total. Verifica-se que esta participação caiu continuamente a partir de 2011, chegando a apenas 3,3% em 2018 e subindo um pouco em 2019 (5,5%). Enquanto isto, o índice de endividamento dos Estados do Nordeste tem uma média de apenas 45,4% do índice nacional, atestando que a Região produziu, no período, ações que sanaram as contas públicas estaduais. O Grau de Endividamento (GRE) do Nordeste em 2019 foi de 0,51, enquanto a média nacional alcançou 1,20 (a Região Sudeste teve um GRE de 1,91). Isto quer dizer que a dívida consolidada líquida do Nordeste representou 51,0% da receita corrente líquida em 2019, enquanto o Sudeste detinha 191% de sua receita corrente líquida como dívida consolidada líquida. Tal saneamento não se converteu em mais investimentos para a Região Nordeste.

Gráfico 1 - Participação dos Investimentos Federais do Nordeste (%) e a Relação do Grau de Endividamento do Nordeste no Brasil



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional-STN e Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

No processo de alocação de investimentos federais, o principal receptor é a categoria “nacional”, ou seja, quando a localização transcende os limites de uma ou mais regiões. Cabe destacar que os investimentos nesta categoria são, em sua grande parte, no setor de petróleo e gás, que atualmente está em processo de desestatização. Da mesma forma, no âmbito da Região Nordeste, a categoria “todos os Estados” foi a que mais recebeu recursos, e cujos principais investimentos são nos setores de petróleo e gás, além de energia.

Os investimentos públicos em nível federal, a preços de 2019, no Brasil, somaram R\$ 140,9 bilhões em 2010, reduzindo para R\$ 58,3 bilhões em 2019, perda de -58,6% no período, e -5,6% na média anual. Enquanto isto, os investimentos na categoria “nacional” evoluíram de R\$ 32,2 bilhões em 2010 para R\$ 39,5 bilhões em 2019, um crescimento de +22,6% no período, e +8,8% na média anual.

Os investimentos na Região Nordeste em 2010 foram de R\$ 20,2 bilhões, decrescendo para R\$ 3,2 bilhões em 2019, perda de -84,1% no período e -13,1% na média anual. Todas as regiões tiveram perdas de investimentos, no período. A Região que menos perdeu foi o Sudeste (-75,8% no período e -9,4% na média anual). As perdas nas demais regiões variaram entre -91,2% (Norte) e -98,6% (Centro-Oeste). As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste são menos dependentes dos recursos públicos, tanto dos investimentos quanto das transferências vinculadas à receitas federais, em relação ao Norte e Nordeste.

Tabela 2 - Investimentos Federais - 2010 a 2019- R\$ Milhões de 2019

Região/Estados	2010	2019	Variação no Período	Variação Média Anual ¹
Alagoas	234,6	0,01	-100	-11,8
Bahia	3.408,80	40,1	-98,8	-23
Ceará	126,5	444,9	251,6	97,5
Maranhão	386,1	0	-100	-44,4
Paraíba	2,8	0	-100	-13,6
Pernambuco	8.161,00	308,1	-96,2	-14,3
Piauí	460,8	0	-100	-20,4
Rio Grande do Norte	501,9	12,1	-97,6	24
Sergipe	27	0	-100	16,6
Todos os Estados	6.846,90	2.400,40	-64,9	-8,4
Nordeste	20.156,40	3.205,60	-84,1	-13,1
Norte	3.260,30	285,6	-91,2	-18,4
Sudeste	56.506,80	13.664,60	-75,8	-9,4
Sul	9.032,50	378,2	-95,8	-9,2
Centro-Oeste	732,2	10,3	-98,6	-15,3
Nacional	32.224,50	39.502,40	22,6	8,8
Exterior	18.978,70	1.234,00	-93,5	-16,7
Brasil	140.891,40	58.280,70	-58,6	-5,6

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE. 1. Cálculo feito a partir das variações anuais de 2011 a 2019.

Considerando especificamente os Estados do Nordeste, em relação à variação média anual (Tabela 2), observa-se que a dispersão nos Estados do Nordeste é alta, variando de +97,5% (Ceará) a -44,4% (Maranhão). As variações não consideram o valor dos recursos investidos, mas a variação de um ano para o outro. No caso do Estado do Ceará, ocorreram quatro variações positivas (2011 e 2012; 2018 e 2019). Dois outros Estados também obtiveram variações médias anuais positivas: Rio Grande do Norte (+24,0%) e Sergipe (+16,6%). Ocorre que estes três Estados detêm apenas 3,5% dos investimentos federais na Região. O Estado de Pernambuco, que obteve 49,0% dos investimentos no Nordeste, apresentou uma variação média anual de -14,3%.

O mesmo acontece com Bahia, -23,0% (8,4% dos investimentos), e a rubrica “todos os Estados”, com -8,4% (33,6% dos investimentos). Isto explica porque a variação média anual na Região foi -13,1%.

Na Tabela 3 destacam-se as participações dos Estados do Nordeste nos investimentos federais. A participação do Ceará confirma a afirmação do parágrafo anterior. O Estado representou apenas 0,21% dos investimentos federais totais, no período 2010 a 2019 (R\$ 2,3 bilhões), enquanto deteve 2,42% do total da arrecadação de ICMS no País, no mesmo período. Em conjunto com os Estados da Bahia e Pernambuco, concentraram 64,0% da arrecadação do ICMS nordestino.

Tabela 3 - Participação da Região Nordeste e Estados nos Investimentos Federais (em %)

Estado/Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2010 - 2019	(2010 - 2019) ICMS
AL	0,17	0,11	0,11	0,11	0,10	0,17	0,31	0,32	0,19	0,00	0,14	0,79
BA	2,42	2,21	1,18	1,40	0,51	0,11	0,07	0,08	0,02	0,07	1,05	4,57
CE	0,09	0,20	0,36	0,28	0,20	0,08	0,03	0,03	0,13	0,76	0,21	2,42
MA	0,27	0,60	0,80	0,33	0,17	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,29	1,29
PB	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,004	1,08
PE	5,79	11,16	11,60	9,02	6,43	1,59	0,54	0,66	0,46	0,53	6,12	3,26
PI	0,33	0,37	0,33	0,17	0,14	0,20	0,27	0,34	0,18	0,00	0,24	0,79
RN	0,36	0,28	0,17	0,11	0,30	0,02	0,04	0,00	0,00	0,02	0,16	1,12
SE	0,02	0,03	0,09	0,18	0,08	0,05	0,01	0,01	0,01	0,00	0,06	0,70
TODOS ESTADOS	4,86	4,31	4,23	3,94	4,85	4,73	3,51	4,11	2,36	4,12	4,19	-
Total	14,31	19,27	18,86	15,55	12,78	6,98	4,79	5,56	3,35	5,50	12,47	16,01

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

Também cabe observar a queda relevante ocorrida nos investimentos federais a partir de 2015. A média dos investimentos na Região entre 2010 e 2014 foi de 16,2%, decrescendo para 5,2% entre 2015 e 2019, uma perda de representatividade de -67,6%. Se for retirada a rubrica “todos os Estados”, a média dos investimentos no período 2010 a 2014 foi de 11,7% e de apenas 1,5% entre 2015 e 2019, uma perda de representatividade de -87,5%.

Os investimentos na rubrica “todos os Estados” merece uma análise cuidadosa. Conceitualmente, são recursos investidos que transcendem os limites de um ou mais Estados, mas se concentram nas cadeias do sistema de produção de óleo e gás, energia e petroquímica, que, na verdade, beneficiam não só a própria Região, mas todo o País. Além disto, grande parte destas cadeias estão em fase de desinvestimento ou desestatização, o que leva a pergunta se estes recursos não deveriam ter sido investidos diretamente em obras de infraestruturas estaduais.

A comparação entre as duas últimas colunas da Tabela 3 demonstra a diferença entre a importância econômica dos Estados do Nordeste, medida pela sua participação na arrecadação total do ICMS, e a política de investimento federal em cada Estado. O único Estado que destoa na Região é Pernambuco, cuja participação nos investimentos públicos totais (6,12%) no período de 2010-2019 é maior que sua participação na arrecadação de ICMS (3,26%). Os investimentos no Estado centraram-se, preponderantemente, na Refinaria Abreu e Lima (82,0%), que atualmente faz parte do plano de desinvestimento ou venda de ativos da Petrobrás.

Entre os Estados da Região que menos receberam recursos federais, o mais emblemático é a Paraíba, com apenas 0,004% no período 2010-2019, enquanto obteve uma participação na arrecadação de ICMS de 1,05%. Os outros Estados que superam a Paraíba na captação de recursos federais, mas que ficam abaixo de sua participação na arrecadação de ICMS são: Sergipe (0,06%), Alagoas (0,14%) e Piauí (0,24%).

A participação da Bahia nos investimentos federais foi de 1,05%, enquanto apresentou uma participação de 4,57% na arrecadação de ICMS, estando entre os dez Estados com maior arrecadação do tributo. Os investimentos na Bahia concentraram-se na Refinaria Landulpho Alves (64,6%), que também faz parte do projeto de desinvestimento da Petrobrás, na armazenagem e regaseificação de gás natural (13,7%) e em energia eólica no município de Casa Nova (9,7%).

Buscando, ainda, refinar a avaliação da política de investimentos federais na Região Nordeste, criou-se o indicador que relaciona a participação destes investimentos em cada Estado ou Região com o total, e a participação da população destes com o total. O indicador pode sinalizar

que elementos foram contemplados na alocação de recursos em cada Estado, se saíram de uma política estratégica, ou se são oriundos de sua força política para a captação de recursos. Excluiu-se do cálculo os investimentos realizados nas categorias “nacional” e “exterior”.

Tabela 4 - Relação Entre a Participação dos Investimentos e a População

Região/Estados	2010 - 2019	Part. Investimento %	Part. População %	Relação Investimento/População
Alagoas	1531,6	0,3	1,6	0,2
Bahia	11119	2,3	7,3	0,3
Ceará	2278,1	0,5	4,4	0,1
Maranhão	3095,9	0,6	3,4	0,2
Paraíba	40,6	0	1,9	0
Pernambuco	64918,5	13,6	4,6	3
Piauí	2573,6	0,5	1,4	0,4
Rio Grande do Norte	1707,6	0,4	1,7	0,2
Sergipe	641	0,1	1,1	0,1
Todos os Estados	44468,8	9,3	-	-
Nordeste	132374,6	27,7	27,5	1
Norte	22629,7	4,7	8,5	0,6
Sudeste	279333	58,5	42	1,4
Sul	38141,5	8	14,3	0,6
Centro-Oeste	5217,3	1,1	7,5	0,1
Brasil	477696,2	100	100	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Valores a preços de 2019. (2) Foram excluídas do total de investimentos, as categorias “nacional” e “exterior”.

A relação entre as participações dos investimentos e da população pode ser descrita como:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Investimentos}}{\text{População}} = \frac{\text{Investimentos no Estado/Região}}{\frac{\text{Investimentos Totais}}{\text{População no Estado/Região}} \cdot \text{População Total}}$$

Quando o indicador é acima de um, mostra que o Estado ou Região está recebendo investimentos federais, em termos relativos, acima da participação de sua população na população brasileira, ou seja, o investimento *per capita* é maior que a média brasileira.

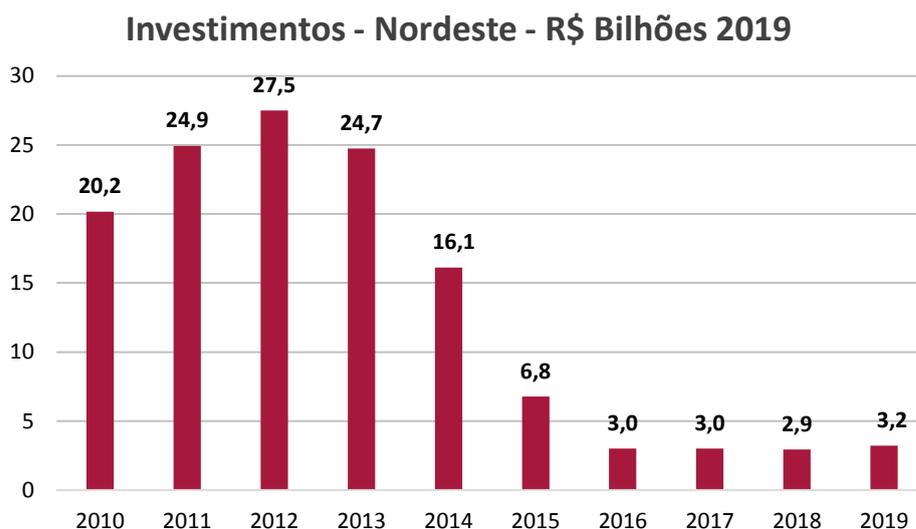
A relação entre investimentos e população, na Região Nordeste é um, em função dos investimentos realizados no Estado de Pernambuco (relação de 3,0), mais precisamente na Refinaria Abreu e Lima, já comentado anteriormente. Todos os demais Estados do Nordeste têm uma relação igual a 0,4 (no caso do Piauí) ou inferior.

O indicador do Estado da Paraíba é zero. Os valores dos outros Estados são: Ceará e Sergipe (0,1, cada); Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Norte (0,2, cada); e Bahia (0,3). Se for excluído do total do Nordeste o Estado de Pernambuco, o qual distorce a relação investimentos/população, em função de sua participação nos investimentos federais alcançarem 13,6%, dado os investimentos na Refinaria Abreu e Lima, e que apresenta um processo de desinvestimento ou venda de ativos da Petrobrás, a relação investimento/população da Região Nordeste passaria a 0,7. A Região Centro-Oeste, com indicador 0,1, é a Região com a maior escassez de recursos federais. Em contrapartida, é uma Região rica, considerada o celeiro agrícola do país, o mesmo não se pode dizer das regiões Norte e Nordeste.

O Sudeste é a única Região em que a relação se encontra acima de um (1,4) e, apesar de ser a Região mais desenvolvida do País, com maiores investimentos em infraestrutura, é ainda a que mais recebe recursos públicos, tornando a distribuição destes recursos assimétrica, cujos Estados menos desenvolvidos são os que menos recebem investimentos federais.

No Gráfico 2 é observada a evolução dos investimentos federais no Nordeste, em bilhões de 2019, enquanto na Tabela 5 identificam-se as variações reais anuais nos Estados, na Região e no País.

Gráfico 2 - Investimentos na Região Nordeste - R\$ Bilhões de 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

Em cinco dos nove anos da série (2010-2019), a Região Nordeste apresentou uma variação negativa anual nos investimentos federais. Apenas nos primeiros anos da série, ocorreram variações positivas, de certo modo expressivas, como em 2011 (+23,6%) e 2012 (+10,3%). Em 2017, pode-se dizer que os investimentos ficaram estáveis, pois o incremento observado foi de apenas +0,4%.

Tabela 5 - Variação Real dos Investimentos Federais na Região Nordeste - %

Região/Estados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação Média Anual
AL	-41,9	21,8	1,5	-27,6	34,1	19,2	-10,8	-2,5	-100	-11,8
BA	-16,1	-40	30,2	-71,5	-82,9	-57,2	-9,8	-50,1	90,5	-23
CE	109,4	95,4	-13,5	-43,4	-69,4	-78,8	-0,2	579,4	298,5	97,5
MA	101,2	50,2	-55,5	-58,9	-88,8	-68,7	-89,6	-92,8	-96,7	-44,4
PB	25	187,8	62,7	-67,4	-55,2	-86,6	-6,6	-82,5	-100	-13,6
PE	76,9	17,2	-15,1	-43,5	-81	-78,2	7	11,4	-23,2	-14,3
PI	3,6	0,2	-41,9	-36,8	9,5	-11,9	9,8	-15,9	-100	-20,4
RN	-28,5	-32,3	-30,2	124	-96,1	51,7	-90,4	55,6	262	24
SE	26,8	281,3	114,1	-63,8	-48	-89,8	-20,5	49	-100	16,6
Todos Estados	-18,6	10,5	1,9	-2,5	-25	-52	1,2	-7	15,8	-8,4
Nordeste	23,6	10,3	-10	-34,9	-58	-55,6	0,4	-2,4	8,9	-13,1
Brasil	-8,2	12,7	9,2	-20,7	-23,1	-35,3	-13,6	62,3	-33,7	-5,6

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE. Nota: (1) Para o cálculo da variação real, foi usado o IPCA médio de cada ano.

A variação positiva observada em 2019 se deu mais em função do baixo valor dos investimentos em 2018. Dividindo a série em dois momentos distintos, o valor de 2019 está 85,9% abaixo da média dos recursos alocados na Região no período 2010-2014, e 15,3% da média do período 2015-2019. Os investimentos federais anuais no período de 2016 a 2019 são muito semelhantes, próximos a R\$ 3,0 bilhões/ano.

A dispersão das variações anuais em cada Estado nordestino é extremamente alta, de forma que a variação média anual do período (2010-2019) não é representativa da série. O coeficiente de variação é acima de 1,0 em todos os Estados. É mais um sinal de que os entes federados da Região não devem considerar as expectativas sobre os investimentos federais em seus processos de planejamento.

A análise mais detalhada dos investimentos públicos realizados na Região Nordeste, ver Tabelas 6 e 7, mostra que foram aplicados R\$ 132,4 bilhões no período 2010 – 2019, a preços de 2019. Deste valor, R\$ 44,5 bilhões foram aplicados na rubrica “**Nordeste, todos os Estados**”, já que a alocação transcende os limites de um ou mais Estados e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados. A maior parte destes recursos foram para os sistemas de produção de óleo e gás, com R\$ 31,0 bilhões (69,6%). A seguir, vem o setor de energia (ampliação, transmissão e infraestrutura de usinas termoelétricas), com R\$ 10,7 bilhões (24,0%). Como já exposto ao longo do texto, cabe destacar o fato de que estes investimentos na rubrica “**todos os Estados**”, em sua maioria fazem parte do processo de desinvestimento estatal, nas áreas de petróleo e gás e sistema de energia. No caso das refinarias, as regras definidas pelo Governo Federal determinam que a Petrobrás não terá direito sequer a ser sócia minoritária, ficando os ativos na sua totalidade com os entes privados.

Antes de comentar o período em análise (2010 a 2019), vale discutir um pouco os dados do ano de 2019, dado sua atipicidade.

Investimentos em 2019: Os investimentos federais na Região Nordeste em 2019 chegaram a R\$ 3,2 bilhões, uma variação real em relação a 2018 de +8,9%. Em 2019, o detalhamento destes investimentos mostra que 74,9% deles ocorreram na rubrica “**todos os Estados**”, mais precisamente nos sistemas de produção de óleo e gás da Petrobrás (73,0%), na manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento (19,1%) e na infraestrutura das fábricas de fertilizantes nitrogenados (4,3%), que até 2018 eram investimentos classificados no Estado de Sergipe.

Retirando os investimentos na rubrica “**todos os Estados**”, sobram R\$ 805,2 milhões, que foram quase que totalmente alocados nos Estados do Ceará (R\$ 444,9 milhões – 55,3%) e Pernambuco (R\$ 308,1 milhões – 38,3%). Os investimentos em 2019 nos outros sete Estados da Região somaram apenas R\$ 47,2 milhões. Aqui temos outro fato atípico de 2019: cinco Estados tiveram investimentos quase nulos ou zero (Paraíba, Piauí e Sergipe).

No caso do Ceará, dos R\$ 444,9 milhões investidos em 2019, uma variação com relação a 2018 de +298,5%, R\$ 441,1 milhões foram investimentos nos parques eólicos de Fortim e Acaraú, que representaram 99,1% do total investido. Em Pernambuco, 95,0% dos recursos investidos em 2019 foram para a Refinaria Abreu e Lima que, como já mencionado, faz parte do programa de desinvestimento da Petrobrás.

O crescimento de 90,5% dos investimentos no Estado da Bahia, se deve ao baixo valor dos investimentos de 2018 (R\$ 21 milhões). Excluindo-se o ano de 2018, os investimentos de 2019 foram os menores observados na série baiana. O Estado do Rio Grande do Norte apresentou crescimento de +262,0% nos investimentos federais para este Estado em 2019. No entanto,

ocorre que os investimentos em 2018, assim com em 2017, foram muito baixos. Os valores de 2019 só superam estes dois anos. A alocação dos recursos se deram no terminal salineiro de Areia Branca (R\$ 5,6 milhões e 46,4% dos investimentos) e no parque eólico de João Câmara (R\$ 5,8 milhões e 47,7% dos investimentos).

Investimentos 2010 – 2019: Em Alagoas foi aplicado R\$1,5 bilhão no período, o que representa 1,2% do valor investido na Região. A maior parte dos recursos se concentrou no setor de energia, com R\$ 1,4 bilhão ou 92,0%.

A Refinaria Landulpho Alves foi a obra que mais recebeu recursos no Estado da Bahia, no total de R\$ 6,9 bilhões (64,8%). Atualmente, é um ativo que faz parte do processo de desinvestimento da Petrobrás. Os outros dois empreendimentos que mais receberam recursos no Estado foram o projeto de “Armazenagem e regaseificação de gás natural e outras obras de petróleo” (13,8%) e o projeto de “Energia eólica em Casa Nova e outras obras de energia” (9,5%). Foram investidos no período, R\$ 10,7 bilhões na Bahia, o que representam 8,6% do total aplicado na Região.

O Estado do Ceará recebeu um aporte de R\$ 1,8 bilhão de recursos da União no mesmo período. O principal investimento foi a Refinaria Premium II, com R\$ 756 milhões (43,3% da aplicação no Estado), posteriormente desativada pela Petrobrás. A empresa Qingdao tem demonstrado interesse ao Estado em instalar uma refinaria com características semelhantes à Premium II, bem como pretende implantar uma petroquímica. O segundo setor que mais recebeu recursos foi o Porto de Fortaleza, com R\$ 427,1 milhões (24,2% do total do Estado). Em seguida, vêm as obras no Aeroporto Internacional, com R\$126,0 milhões (7,1% do total aplicado no Estado), licitado pelo Governo Federal e cuja concessão por 30 anos foi conquistada pela empresa Fraport AG. A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor) recebeu R\$ 85,7 milhões (4,8% do total aplicado no Estado) e está no plano de desinvestimento da Petrobrás. A usina de biodiesel de Quixadá, que foi desativada em 2016 e está no plano de desinvestimento da Petrobrás, recebeu R\$ 47,8 milhões dos investimentos no Estado (2,7%). Existem grupos internacionais e nacionais interessados em reativá-la.

Tabela 6 - Principais Investimentos no Nordeste - Preços de 2019 - R\$ Milhões

Estados/ Região	2010 - 2019	Participação Acumulada - %
NORDESTE, TODOS OS ESTADOS¹	44.468,77	-
Sistemas de produção de óleo e gás	30.963,79	69,6
Energia: ampliação, transmissão e infraestrutura de usinas termelétricas	10.674,95	93,6
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	486,58	94,7
Petroquímica/Infraestrutura das fábricas de fertilizantes nitrogenados (2019)	1.285,82	97,6
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	380,76	98,5
Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária/outras obras	61,93	98,6
ALAGOAS	1.531,55	-
Energia	1.409,6	92,0
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	30,8	94,0
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	48,1	97,2
BAHIA	11.119,03	-
Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento/Outras obras (2019)	426,4	3,8
Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Candeias	171,7	5,4
Refinaria Landulpho Alves	7.181,8	70,0
Armazenagem e regaseificação de gás natural/outras obras de petróleo	1.526,7	83,7
Energia eólica em Casa Nova/outras obras de energia	1.077,8	93,4
Porto e Aeroporto	101,7	94,3
CEARÁ	2.278,06	-
Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional/outras obras	130,69	5,7
Implantação da Refinaria Premium II	794,22	40,6
Modernização e Adequação do Sistema de Produção da LUBNOR	88,87	44,5
Implantação de Sistema de Defensas no Porto de Fortaleza/ outras obras no porto	444,11	64,0
Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Termo Ceará (Petrobras)	38,29	65,7
Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Quixadá	49,62	67,9
Instalação de pontos de atendimento bancário/ instalação de bens imóveis	105,82	72,5
Parques Eólicos em Acaraú e Fortim (2019)	441,09	91,9

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Para o cálculo da variação real, foi usado o IPCA médio de cada ano.

No Maranhão, o maior aporte de recursos foi para a Refinaria Premium I, que seria instalada no município de Bacabeira. Dos R\$ 3,0 bilhões aplicados no Estado, R\$ 2,7 bilhões foram para a refinaria (90,1% do total aplicado no Estado). A Refinaria Petroquímica do Brasil, projeto executado em parceria com empresas chinesas, incluindo a Sinopec, pretende instalar uma planta no espaço antes destinado para a Premium I. Outros R\$ 211,7 milhões foram aplicados no setor de energia (7,1% do total aplicado).

Tabela 7 - Principais Investimentos no Nordeste - Preços de 2019- R\$ Milhões (continuação)

Estados/ Região	2010 - 2019	Participação Acumulada - %
MARANHÃO	3095,9	-
Implantação da Refinaria Premium I	2790,3	90,1
Energia	219,6	97,2
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	41,7	98,6
Adequação do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado	29,1	99,5
PARAÍBA	40,6	-
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	40,6	100,0
PERNAMBUCO	64918,5	-
Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque Industrial/outras obras	125,4	0,2
Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia/outras obras	1141,5	2,0
Refinaria Abreu e Lima	51942,1	82,0
Petroquímica	11291,2	99,4
Energia	147,7	99,6
PIAUI	2573,6	-
Energia	2433,1	94,5
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	20,4	95,3
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	56,3	97,5
RIO GRANDE DO NORTE	1707,6	-
Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão	844,3	49,4
Obras no Complexo Aeroportuário em São Gonçalo do Amarante	177,4	59,8
Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca/ outras obras	378,5	82,0
Implantação de Parque Eólico para Geração de Energia Elétrica	100,1	87,9
Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal/outras obras	135,5	95,8
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	38,4	98,0
SERGIPE	641,0	-
Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados	546,1	85,2
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	38,5	91,2
Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju	53,4	99,5

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

Nota: (1) Para o cálculo da variação real, foi usado o IPCA médio de cada ano.

A Paraíba foi o Estado do Nordeste que menos recebeu recursos federais no período, de R\$ 39,2 milhões. Estes recursos foram para instalação de pontos de atendimento bancário, não havendo direcionamento para setores observados em outros Estados, como por exemplo óleo e gás, energia, portos e aeroportos e petroquímica.

Dos R\$ 124,5 bilhões aplicados na Região Nordeste, 50,0% se concentraram em Pernambuco, e R\$ 49,8 bilhões na Refinaria Abreu e Lima (79,9% do total aplicado no Estado), que faz parte do plano de desinvestimento da Petrobrás. Ela atualmente processa 115 mil barris diários de petróleo, no primeiro de dois trens de processamento planejados, com produção focada em diesel (70%). Caso as obras do trem 2 sejam concluídas, a refinaria alcançará capacidade superior a 200 mil barris/dia. Como a perspectiva de venda da refinaria, quem a adquirir levará duas refinarias por uma, haja vista o trem 2 já apresentar 80% de sua construção concluída. O segundo maior empreendimento no Estado é o complexo Petroquímico, situado em Ipojuca (Suape), no valor de R\$ 10,9 bilhões (17,5% do total aplicado no Estado).

A Petrobrás se desfez de 100% das ações da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), adquiridas pelo grupo mexicano Alpek por apenas 10% do que foi investido. A implantação da indústria de hemoderivados e biotecnologia e outras obras, recebeu R\$ 1,1 bilhão de recursos (1,9% do Estado). A obra foi interrompida em 2017, e está sendo retomada aos poucos.

No Piauí, 94,5% dos recursos aplicados, ou seja, R\$ 2,6 bilhões, se concentraram na área de energia: ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica, com R\$ 1,3 bilhão; ampliação do sistema de transmissão e ampliação e manutenção da rede urbana de distribuição, com R\$ 878 milhões; e produção de perdas técnicas e comerciais na área de concessão da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), com total de R\$ 283,1 milhões.

O montante de recursos aplicados no Rio Grande do Norte foi de R\$ 1,7 bilhão. O principal investimento ocorreu na Refinaria Clara Camarão, com R\$ 843,3 milhões (49,4% do total aplicado no Estado). Em seguida, aparecem a ampliação do terminal salineiro de Areia Branca e outras obras, com R\$ 378,5 milhões (22,2% do total), obras no complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante, com R\$ 177,5 milhões (10,4% do total), a implantação do terminal marítimo de passageiros, no Porto de Natal e outras obras, com R\$ 135,5 milhões (7,9% do total) e energia eólica, com R\$ 100,1 milhões (5,9% do total).

A Refinaria Potiguar Clara Camarão, situada no Polo Industrial Petrobrás de Guamaré, produz diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação e gasolina automotiva, o que faz do Rio Grande do Norte o único Estado do País autossuficiente na produção de todos os tipos de derivados de petróleo. A Refinaria atende os mercados do Rio Grande do Norte e do sul do Ceará. A Petrobrás não descarta a possibilidade de novos leilões de ativos da estatal no Rio Grande do Norte. Além de campos terrestres, a refinaria Clara Camarão também pode fazer parte de um pacote futuro de desinvestimentos. A permanência da estatal no Estado se dará especialmente em áreas profundas, tendo em vista que o “offshore permanece no radar da Petrobrás”. Caso ocorram desinvestimentos, a empresa afirma que manterá a produtividade desses ativos inalterados ao longo do processo, para contemplar os leilões destas áreas que venham a ocorrer.

O sal movimentado no terminal salineiro de Areia Branca, da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, mais conhecido como Porto-Ilha, tem como principais destinos o mercado internacional e as indústrias brasileiras de cloro. O Estado é o maior produtor de sal do País.

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-SE) recebeu 85,2% dos investimentos federais no Estado de Sergipe, no período 2010–2018, com R\$641,0 milhões. A Fafen-SE conta com uma planta de produção de sulfato de amônio, com capacidade para produzir até 303 mil toneladas/ano, o que equivale a 80% das importações da Região Nordeste em 2014. A Petrobrás iniciou o processo de arrendamento da fábrica. O retorno das operações deve ocorrer até o fim do ano. O Grupo Unigel, que centraliza a Proquigel e é responsável pelo arrendamento da

unidade por dez anos, podendo ser renovado por mais dez anos, é considerado o maior produtor de acrílicos e estirenos da América Latina. Além da Fafen-SE, também devem fazer parte da retomada a Fafen-BA. Ambas foram arrendadas em contrato firmado em novembro de 2019. A expectativa é que, junto com a fábrica baiana, a Fafen-SE alcance a produção de pouco mais de um milhão de toneladas de ureia por ano. O mercado hoje depende de um volume anual de importações, que chega ao patamar de cinco milhões de toneladas.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Nordeste recebeu R\$ 132,4 bilhões de recursos federais no período 2010 – 2019, a preços de 2019. Deste total, R\$97,7 bilhões foram aplicados em obras da Petrobrás (73,8%). Uma parcela destes empreendimentos foram desativados (Premiumlell) ou estão no plano dedesinvestimento da empresa, deixando de agregar valor à infraestrutura da Região, ou provocando incertezas quanto ao futuro destes. O que se percebe é que não existe um plano estratégico de médio e longo prazos de investimentos federais com o objetivo de reduzir as disparidades econômico-sociais entre as regiões brasileiras.

Os investimentos federais na Região Nordeste têm uma grande volatilidade, apresentando seu pico em 2012, com R\$ 27,5 bilhões (preços de 2019), e encontraram seu pior resultado em 2018, com pouco mais de R\$ 2,9 bilhões. Cabe salientar que a partir de 2015 os investimentos na Região foram reduzidos drasticamente. A média dos investimentos federais no Nordeste, entre 2010 e 2014, foi de R\$ 22,7 bilhões, a preços de 2019. A média entre 2015 e 2019 passou para R\$ 3,8 bilhões, o que representa apenas 16,7% da média do período anterior.

A priori, não parece existir nenhuma correlação entre as políticas de saneamento financeiro, desenvolvidas pelos Estados do Nordeste e os investimentos federais realizados na Região. Enquanto o Grau de Endividamento dos Estados caiu consideravelmente no período, os recursos investidos também caíram, sinalizando que a saúde financeira dos Estados não é uma variável que foi levada em conta na política de investimentos da União na Região.

Excluindo-se o Estado de Pernambuco (com 6,1%), em que a maior parte dos recursos foi para a Refinaria Abreu e Lima, e do Estado da Bahia (com 1,0%), dos quais 64,6% dos investimentos realizados se concentraram na Refinaria Landulpho Alves, e que fazem parte do plano de desinvestimento da Petrobrás, a maioria dos Estados do Nordeste detém, no máximo, 0,3% do total investido pela União no período em análise.

Cabe um comentário para o Estado da Paraíba, que no período de 2010 a 2019 recebeu de inversões federais apenas R\$ 40,6 milhões, a preços de 2019, o que representa 0,004% destas. Tais inversões foram dedicadas à instalação de pontos de atendimento bancário, sendo nenhuma inversão direcionada para o sistema de energia, portos ou aeroportos, como observado em outros Estados da Região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05. 07.2020.

Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br>. Acesso em 02. 07.2020.

Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>. Acesso em: 07.07.2020.